

## Sumário

*A Reunião Plenária foi declarada aberta às 09 horas e 10 minutos.*

**Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P.Q.G.D.P.)** – *Iniciou-se com a intervenção da Sra. Deputada Vera Almeida (PAICV) sobre a situação socioeconómica da ilha de Santo Antão. Prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Damião Medina (MPD), Carlos Delgado (PAICV), Armindo da Luz (MPD), Júlio Correia (PAICV), Adilson Fernandes (MPD) e Odailson Bandeira (PAICV).*

*O Sr. Deputado Damião Medina (MPD) interveio sobre as medidas de mitigação do mau ano agrícola na ilha de Santo Antão, focando-se nos projectos de bombagem de água na ilha, tendo prestado esclarecimentos o Sr. Deputado Carlos Delgado (PAICV).*

*A Sra. Deputada Ana Paula Santos (PAICV) interveio a respeito da situação da saúde mental em Cabo Verde, tendo prestado esclarecimentos a Sra. Deputada Ana Paula Moeda (PAICV).*

*Na sua intervenção, o Sr. Deputado Orlando Dias (MPD) abordou a situação dos doentes mentais em Cabo Verde, o projecto de melhoria do Centro da Trindade e a pedagogia sobre a nova Lei do Álcool.*

*A Sra. Deputada Filomena Martins (PAICV) fez uma intervenção a propósito do impacto do incidente ocorrido com o guineense Jorge Pina Fernandes, no Aeroporto da Praia, tendo prestado esclarecimentos os Srs. Deputados Orlando Dias (MPD), Francisco Correia (MPD), para além da referida Deputada.*

*Também, a Sra. Deputada Filomena Gonçalves (MPD) interveio sobre o incidente com o ocorrido com o cidadão guineense, no Aeroporto Internacional Nelson Mandela.*

*Já o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interveio quanto à situação do Serviço de Proteção Civil e dos Bombeiros Municipais, nomeadamente os constrangimentos atinentes à falta de um estatuto nacional e a não progressão na carreira desses profissionais, além da falta de um director para o Comando Regional de Proteção Civil de Barlavento.*

*O Sr. Deputado João Gomes (MPD) fez uma intervenção relativamente à aplicabilidade da Lei sobre o regime disponibilização, venda e consumo do álcool na sociedade, tecendo apreciações sobre a opinião da Sra. Deputada Ana Paula Moeda (PAICV) quanto ao assunto, tendo, ainda, o Sr. Deputado Luís Carlos Silva (MPD) prestado esclarecimentos.*

*Igualmente, o Sr. Deputado Carlos Monteiro (MPD) interveio sobre a Lei sobre o regime de disponibilização, venda e consumo do álcool, com realce nos dados dos malefícios causados à sociedade. Também apelou para um pacto de regime entre todos os partidos e pela necessidade de campanhas para promover a Lei.*

*Sentindo-se ofendida com a intervenção do Sr. Deputado João Gomes (MPD), a Sra. Deputada Ana Paula Moeda (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento da Assembleia Nacional, tendo o primeiro replicado ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.*

*O Sr. Deputado Francisco Correia (MPD) interveio também quanto à mencionada Lei, enfatizando a necessidade de se encontrar alternativas e outros incentivos de rendimento para os proprietários de espaços impedidos da venda de bebidas alcoólicas.*

*O Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) fez uma interlocução a respeito da celebração dos ganhos da governação do MPD, com ênfase nas melhorias registadas em alguns sectores.*

*O Sr. Deputado Adilson Fernandes (MPD) interveio para enaltecer o trabalho do Governo, particularmente na melhoria da ilha de Santo Antão, com mais investimentos em estradas de desencravamento das localidades. Ainda, encorajou o Executivo a prosseguir com os estudos para a construção do aeroporto e a criar as condições para a implementação do ensino superior naquela ilha.*

*Para responder às questões suscitadas durante esse período, o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire) usou da palavra ao abrigo da alínea i), do artigo 114º do Regimento. Esta intervenção suscitou esclarecimentos do Sr. Deputado António Monteiro (UCID).*

**Período da Ordem do Dia (P.O.D.)** – Iniciou-se com a continuidade do debate sobre o Projecto de Lei que regula o acesso aos documentos administrativos e à informação administrativa, institui o princípio da transparência ativa na administração pública e regula a reutilização de documentos relativos a atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades referidas no artigo 3.º.

Durante este período, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), João Cabral (MPD), João Baptista Pereira (PAICV), Carlos Monteiro (MPD), Joana Rosa (MPD), João dos Santos Luís (UCID), Rui Figueiredo Soares (MPD) e António Monteiro (UCID), para além da Sra. Secretária de Estado da Modernização Administrativa (Edna Oliveira) e do Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto.

De seguida, passou-se à apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que procede à aprovação da Lei de Custeio da Iluminação Pública, feita pelo Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Energia (Alexandre Monteiro).

Posteriormente, o Sr. Deputado José Eduardo Moreno (MPD) procedeu à leitura-síntese do relatório-parecer da Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território.

Depois, abriu-se um período de esclarecimentos, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Luís Carlos Silva (MPD), Walter Évora (PAICV), Carlos Delgado (PAICV), Nuías Silva (PAICV), Carlos Monteiro (MPD), António Monteiro (UCID), para além do Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Energia.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 33 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 44 minutos, com o debate, na generalidade, sobre a Proposta de Lei que procede à aprovação da Lei de Custeio da Iluminação Pública.

Durante este período, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro da Indústria, Comércio e Energia, os Srs. Deputados António Monteiro (UCID), Julião Varela (PAICV), Carlos Monteiro (MPD), Luís Carlos Silva (MPD), João Duarte (MPD), Nuías Silva (PAICV) e João Baptista Pereira (PAICV).

Entretanto, a votação da Proposta de Lei em apreço ficou para o período de votações.

Seguidamente, o Sr. Ministro da Saúde e da Segurança Social (Arlindo do Rosário) apresentou, na generalidade, a Proposta de Lei que procede à primeira alteração à Lei nº 41/VI/2004, de 5 de Abril, que estabelece as bases do Serviço Nacional de Saúde.

Na sequência, os Srs. Deputados Filomena Gonçalves (MPD) e David Elias Gomes (MPD) procederam, respectivamente, à leitura dos relatórios-pareceres das Comissões Especializadas de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado e de Educação, Cultura, Saúde, Juventude, Desporto e Questões Sociais.

Não havendo inscrições para esclarecimentos, seguiu-se, de imediato, ao período de debate, durante o qual usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Ana Paula Santos (PAICV), Maria Celeste Fonseca (MPD), Dália Benholiel (MPD), Janira Hopffer Almada (PAICV), Rui Figueiredo Soares (MPD), Emanuel Barbosa (MPD), José Maria Gomes da Veiga (PAICV), Walter Évora (PAICV), Dora Oriana Pires (UCID) e João Gomes (MPD), para além do Sr. Ministro da Saúde e da Segurança Social.

Sentindo-se ofendida pelo Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares, a Sra. Deputada Janira Hopffer Almada (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento, tendo o primeiro prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

Igualmente, na sequência do pronunciamento do Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD), o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento para defender a honra da sua Bancada, tendo aquele parlamentar prestado esclarecimentos ao abrigo do n.º 2 do mesmo articulado regimental.

A Reunião Plenária foi encerrada às 17 horas e 35 minutos.